

## BOLETIM 768

Brasília, 10 de Abril de 2019



## Pedido de vista adia análise da PEC da Previdência na Câmara

Tumulto, bate-boca e suposta posse de arma dentro do plenário 1 da Câmara dos Deputados marcaram a reunião desta terça-feira (9) da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) *(foto)* destinada a analisar o relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, que altera as regras previdenciárias.

Durante mais de quatro horas, parlamentares da Oposição conseguiram obstruir os trabalhos e adiar a leitura do parecer do deputado delegado Marcelo de Freitas (PSL-MG). No entanto, foi a suposta posse de armas do correligionário do relator, o líder do PSL, deputado Delegado Waldir (GO), que interrompeu a sessão por 10 minutos e adiou ainda mais o avanço da matéria. Em defesa de Waldir, parlamentares da base afirmaram que o líder do PSL portava apenas o coldre na cintura.

Em Plenário, o deputado Enio Verri (PT-PR) pediu providências à Presidência da Casa. "O regimento interno proíbe porte de arma de qualquer espécie nos edifícios da Câmara", destacou. Verri avalia que o caso merece "apuração interna, advertência ou representação no Conselho de Ética". Apenas às 18h49 o relator pôde iniciar a leitura de seu parecer, ainda sob protestos da Oposição. De acordo com o parecer de Freitas, o colegiado deveria votar pela admissibilidade integral da matéria. A análise do relatório, no entanto, ficou para a próxima semana, após cumprimento do prazo de pedido de vistas.

Durante o debate, o deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE) lembrou que mudanças na Previdência não deveriam ser votadas "a toque de caixa" e criticou a celeridade com que os trabalhos estavam sendo conduzidos pelo presidente do colegiado, deputado Felipe Francischini (PSL-PR). "A pressa é um artifício para enganar a prudência", afirmou o parlamentar em referência ao filósofo do século XVII Baltasar Gracián. "Não sei porque tanta pressa para votar uma matéria que depois não se poderá voltar atrás", criticou.

Segundo Calheiros, uma narrativa "falaciosa de que o Brasil precisa se livrar de algumas amarras para voltar a crescer" foi criada e muitas reformas que prejudicaram o trabalhador brasileiro foram aprovadas em seu nome.

Com anuência do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), as votações do Plenário da Câmara foram suspensas em plena terça-feira, o que permitiu a conclusão da leitura do relatório e posterior pedido de vistas. Com apoio do governo na CCJC, a vitória da admissibilidade é dada como certa, mas os embates terão continuidade na comissão especial que deverá ser votada para tratar do mérito da proposta.

Fonte: O Vermelho

## Ferramenta permite pressionar deputados contra a 'reforma'

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) criou uma ferramenta para que trabalhadores aumentem a pressão contra a "reforma" da Previdência. O site permite a comunicação direta com os gabinetes dos deputados por e-mail. A mensagem e-mail pode ser enviada a um parlamentar específico, para todos, ou então direcionar a mensagem, podendo-se agrupar os deputados por estado ou partido.

Um texto pronto fica disponível na ferramenta, mas o usuário pode alterá-lo se desejar ou elaborar a sua própria justificativa para dizer que não aceita o projeto do governo Bolsonaro para alterar as regras para aposentadorias dos trabalhadores.

"A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019, da reforma da Previdência, contém ataques e crueldades contra os trabalhadores da iniciativa privada, trabalhadores rurais, servidores públicos, aposentados, pensionistas e os pobres que têm direito de receber o Benefício de Prestação Continuada", diz o texto.

*Fonte: Rede Brasil Atual*

## Fórum orienta a tratar MP 873 com parlamentares nas suas bases eleitorais

É mais viável tratar temas trabalhistas com deputados e senadores em suas bases do que em Brasília. A orientação é do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), em ofício enviado às



Confederações filiadas. A ideia é que Federações e Sindicatos se mobilizem.

Assinado pelo coordenador do FST, professor Oswaldo Augusto de Barros, o ofício traz anexo documento que explicita a deputados e senadores que a MP 873 - editada por Bolsonaro, dia 1º de março - põe em risco a própria sobrevivência das entidades sindicais.

Diz o texto: "A MP viola ainda o princípio do não-retrocesso social, uma vez que o enfraquecimento das entidades sindicais causa não apenas prejuízo às entidades, mas especialmente aos trabalhadores". Os danos decorrem do esgotamento financeiro dos órgãos de classe.

Assembleia - Para o Fórum, em desacordo com o que estabelece a Constituição Federal, a MP impede, na prática, que as assembleias definam as formas de financiamento sindical.

Base - Em contato sexta (5) com a Agência Sindical, o professor Oswaldo de Barros defendeu que, além das tratativas em Brasília, as entidades reforcem o diálogo com os parlamentares em suas bases eleitorais. "É preciso ampliar nossas ações junto a deputados e senadores", afirma. O Fórum também pede que as entidades listem os contatos e monitorem o posicionamento deles.

*Fonte: Agência Sindical*





## A próxima “reforma” do governo Bolsonaro (PSL)

*Antônio Augusto de Queiroz\**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou que já está pronta a nova proposta de emenda à Constituição (PEC) do governo Bolsonaro, que tem triplo objetivo:

1) a desvinculação de receita e despesas do orçamento público; 2) a retirada do caráter obrigatório dos gastos públicos, inclusive educação e saúde; e 3) a desindexação das despesas governamentais. Essa proposta iniciará sua tramitação pelo Senado para não atrapalhar a votação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados.

Segundo a visão do governo, essa nova proposta, além de complementar a reforma da Previdência, cumpriria a função de atrair o apoio dos governadores, já que essa “desafeta” o orçamento público — é assim que são chamados os investimentos obrigatórios em saúde, educação, ciência e tecnologia — nos 3 níveis de governo, permitindo que União, estados, Distrito Federal e municípios fiquem livres das “amarras” constitucionais para gastar o orçamento público, sem ter que destinar percentuais da receita para políticas públicas específicas.

A ideia, inicialmente pensada como “plano B” ou alternativa à hipótese de fracasso da reforma da Previdência, passou a ser vista como complementar, já que, sem a desvinculação/desobrigação/desindexação, não teria como cumprir o teto de gastos, e o valor economizado com a Previdência continuaria engessado, tendo que investir ou gastar com políticas públicas, dificultando o plano de honrar os compromissos com a dívida pública.

A nova proposta, na verdade, é uma radicalização da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e da Emenda Constitucional 95, do congelamento, em termos reais, do gasto público. É a autorização para o chamado orçamento de “base zero”, em que cada ano o governo e o Congresso Nacional decidem como devem gastar o produto dos impostos e das contribuições sociais.

Com a desvinculação não haveria mais a obrigação automática de destinar percentual da receita dos impostos para: o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, as ações e serviços de saúde, a manutenção e desenvolvimento do ensino, as atividades prioritárias da administração tributária ao Fundo Estadual de Fomento à Cultura e a autorização de abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receitas.

A desvinculação também alcançaria as contribuições sociais, que só se justificam se estiverem vinculadas à prestação de serviço ou a benefícios sociais. As contribuições, que superam em 70% as receitas dos impostos, deixariam de estar vinculadas a fundos que abastecem as despesas com benefícios sociais e previdenciários.

A desobrigação ou a retirada do caráter obrigatório da despesa, por sua vez, teria a função de “liberar” o orçamento, que atualmente tem 96% de sua composição obrigatórios e somente 4% discricionários. Ou seja, todas as despesas de caráter continuado, derivadas de leis ou de medidas provisórias, deixariam de ser obrigatórias.

A título de ilustração, basta dizer que entre as despesas obrigatórias estão: as transferências constitucionais, as despesas de pessoal e encargo, os serviços da dívida, os abonos salariais do PIS, os benefícios de prestação continuada (BPC), os precatórios, as sentenças judiciais, o seguro-desemprego, as indenizações legais e os pisos de gastos com saúde e educação, entre outros.

Por fim, a desindexação, que consistiria na retirada de qualquer garantia de correção automática para serviços e prestações do Estado, inclusive a de natureza alimentar, como benefícios previdenciários, assistenciais e salários. Isso também já está sendo proposto na PEC da reforma da Previdência, que retira da Constituição a previsão de correção dos benefícios previdenciários e assistenciais.

Se o governo Bolsonaro conseguir aprovar essas duas reformas — a da Previdência e a “super DRU” ou pacto federativo nos termos propostos — e entregar o pacote do Moro de “combate à corrupção” já terá se igualado ao de Michel Temer em termos de favorecimento ao mercado. Temer, que quando foi preso não recebeu nenhuma solidariedade dos agentes privados, também entregou três propostas de interesse do mercado: a reforma trabalhista, a autorização generalizada para privatizar as estatais e o congelamento do gasto público, batizado de novo regime fiscal.

O desafio está posto. Ou os partidos de esquerda, os movimentos sociais e os democratas se unem ou haverá o completo desmonte do Estado. Nenhuma das propostas governamentais se concretizará sem sacrificar a classe média, os assalariados e a legião de excluídos que ainda hoje é enorme no contexto social do Brasil.

E esses cidadãos e eleitores, se votaram “enganados” num projeto de moralização da administração pública em 2018, precisam ver que o governo está, na verdade, aprofundando os efeitos da crise sob a promessa de retomada de crescimento, mas sem qualquer garantia, caso venha a dar certo, quanto à distribuição de seus benefícios, exceto ao mercado.

*(\*) Jornalista e diretor licenciado do Diap  
Fonte: Diap*

## Tragédia em Brumadinho prejudica indústrias de Minas e Espírito Santo

O rompimento da barragem de Brumadinho (MG) provocou queda de 9,7% na indústria do Espírito Santo e de 4,7% na de Minas Gerais na passagem de janeiro para fevereiro. Esses foram os dois estados com maiores recuos na produção industrial no período, segundo dados divulgados nesta terça-feira (9), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Bernardo Almeida, analista da pesquisa, o resultado nos dois estados foi pressionado pela redução na produção de minério de ferro, após o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro.

Outros locais com queda na produção industrial de janeiro para fevereiro foram Goiás (-2,6%), Rio de Janeiro (-2,1%), Rio Grande do Sul (-1,4%) e Pará (-0,1%).

Ao mesmo tempo, nove dos 15 locais pesquisados pelo IBGE tiveram alta na produção: Bahia (6,5%), Região Nordeste (6,2%), Pernambuco (5,9%), São Paulo (2,6%), Mato Grosso (1,7%), Amazonas (1,5%), Paraná (1,1%), Ceará (1,1%) e Santa Catarina (0,5%). Na média nacional, a indústria cresceu 0,7%.

**Outras comparações** - Na comparação com fevereiro de 2018, a produção industrial avançou em dez dos 15 locais pesquisados, com destaque para Pará (12,7%) e Paraná (10,8%). Mato Grosso e Região Nordeste mantiveram-se estáveis.

No acumulado do ano, houve perdas em sete dos quinze locais pesquisados, com destaque para o Espírito Santo (-6,2%). Dois locais mantiveram-se estáveis (São Paulo e Minas Gerais) e seis tiveram alta. O maior avanço ocorreu no Paraná (10,3%).

**Fonte: Agência Brasil**



## Pesquisa indica piora na relação do governo com parlamento

A terceira rodada da pesquisa XP Investimento, realizada com 201 deputados, entre os dias 26 de março e 4 de abril, revela uma queda substancial na relação da Câmara dos Deputados com a Presidência da República.

“Hoje, 55% dos deputados consultados afirmam que é ruim ou péssima a relação da Casa com o Planalto, contra 12% que tinham a mesma percepção em fevereiro”, diz o estudo.

A avaliação de que o relacionamento é bom ou ótimo passou por um movimento inverso: hoje, 16% têm essa opinião, contra 57% nas primeiras semanas do ano legislativo.

“Quando considerados apenas os deputados que não podem ser classificados como de oposição, 44% consideram o relacionamento ruim ou péssimo, enquanto 23 têm avaliação positiva”, revelou a pesquisa.

O levantamento ainda indicou que 37% dos consultados dizem que as demandas encaminhadas ao governo “são mal ou muito mal

atendidas”, contra 23% que se veem “bem ou muito bem” atendidos pelo executivo.

“A mudança na percepção sobre o governo não alterou a relação dos deputados com a reforma da Previdência: 76% dos consultados dizem ser necessário reformar o sistema de aposentadorias – eram 77%”, atestou.

*Fonte: Portal Vermelho*

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLDO PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**